DOI: 10.30612/mones.v15i29.22030

MONÇÕES
Revista de Relações Internacionais da UFGD

Apresentação do dossiê: povos indígenas na política global

Alcineide Piratapuya
Universidade de Brasília (UnB)
Brasília, Distrito Federal, Brasil
E-mail: alcineidepiratapuyaunb@gmail.com
Orcid: https://orcid.org/0009-0005-9178-3833

Ana Carolina Teixeira Delgado
Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil
E-mail: ana.delgado@unila.edu.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0003-3297-7249

Tchella Fernandes Maso
Universidade Federal de Roraima (UFRR) / Universidade de Brasília (UnB)
Brasília, Distrito Federal, Brasil
E-mail: tchella.maso@unb.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-4453-6902

Willy Ramos Delvalle
École Normale Supérieure - Paris Sciences & Lettres (ENS/PSL)
Paris, Île-de-France, França
E-mail: willy.ramos.delvalle@ens.psl.eu
Orcid: https://orcid.org/0009-0007-7447-366X

Recebido em: 17/07/2026
Aceito em: 22/07/2026

Nos últimos anos, a atuação dos povos indígenas em assuntos referentes ao "internacional" e ao "global" tem chamado atenção não apenas da mídia, como também de acadêmicos de Relações Internacionais (RI). Historicamente relegados às margens da disciplina e do que a academia entendia como "fazer político", os povos indígenas ganharam maior visibilidade na literatura, aprofundando a ressignificação e a desestabilização de conceitos caros às RI e imprimindo vigor às discussões empreendidas nessa disciplina nas décadas anteriores. Com efeito, a introdução de múltiplas perspectivas indígenas amplia e diversifica o campo epistemológico das RI, rompendo com visões hegemônicas. Inicialmente, a produção teórica centrava-se na relação entre esses sujeitos e temas como soberania, diplomacia e fronteiras, apontando para a indigeneidade enquanto categoria analítica relevante para questionar os limites ontoepistêmicos da área (Shaw, 2008; Beier, 2009).

Nos anos mais recentes, a ênfase na alteridade e no seu potencial desestruturante da ordem encontrou nas experiências desses povos, em especial na América Latina, novos insumos e inspirações para a reflexão analítica. Outras contribuições para esse esforço repousam sobre as discussões transdisciplinares, mais precisamente naquelas reunidas sob o guarda-chuva decolonial e no campo dos estudos antropológicos (Stengers, 2005; Blaser, 2009; De la Cadena, 2010; Escobar, 2012; Mignolo, 2012; Quijano, 2014). Assim, "pluriverso", "ontologia política", "relacionalidade" e "cosmopolítica" vêm adquirindo destaque entre os termos mobilizados pela academia, em alguns casos motivados pelo fenômeno das mudanças climáticas, do antropoceno e do extrativismo (Rojas, 2016; Tickner; Blaney, 2017; Picq, 2020). "Plurinacionalidade", "interculturalidade", "bem viver" e suas contrapartes originárias também passaram a figurar nas produções de RI, ainda que por vezes incorporados mais como conceitos ou ferramentas analíticas que como projetos políticos.

No Brasil, os estudos sobre povos indígenas e política internacional constituem um campo ainda em consolidação, mas com trajetória crescente e expressiva. Durante muito tempo, a temática indígena permaneceu confinada à Antropologia e ao Direito, com as RI demorando a reconhecer os povos indígenas como sujeitos relevantes para além das questões de fronteira e soberania territorial. A virada ocorreu, em parte, pelo impacto das mobilizações indígenas transnacionais nas décadas de 1980 e 1990 – que culminaram, entre outros, na aprovação da Convenção 169 de 1989 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (UNDRIP, sigla em inglês), de 2007 — e, em parte, pelo crescimento dos estudos pós-coloniais e decoloniais no país.

Nesse contexto, merece destaque a atuação do Grupo de Pesquisa "Povos Indígenas e Política Global", fundado em 2022 pelos pesquisadores João Urt e Jimmy Casas Klausen. O grupo reúne pesquisadores de distintas universidades, no exterior e no Brasil – entre elas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Universidade Federal da Integração Lati-

CC BY NC SA

no-Americana (UNILA), Universidade Federal de Roraima (UFRR), Universidade Federal do ABC (UFABC), e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Dois integrantes do Grupo de Pesquisa, Ana Carolina Teixeira Delgado e Willy Hudson Ramos Delvalle, recentemente contribuíram para a organização do colóquio "Colonialidade e Indigeneidade nas Américas"[1], na École Normale Supérieure de Paris (ENS-PSL), em parceria com Lissell Quiroz (CY Cergy Paris Université) e Yuwey Henri (poetisa e ativista do povo Kalin'a). O evento reuniu pesquisadores e ativistas indígenas e não-indígenas oriundos de diversas universidades e contextos do continente americano/abya-yaliano e europeu, num raro diálogo trans-americano, transdisciplinar e transcontinental. Ainda, a Pós-Graduação em Relações Internacionais (PPGRI) e o Núcleo de Saberes Ancestrais e Populares da América Latina e Caribe, ambos da UNILA, expressam, em sua própria institucionalidade, o compromisso com um diálogo latino-americano, interepistêmico e transdisciplinar. Criado em finais de 2025 e vinculado ao Instituto Mercosul de Estudos Avançados (IMEA), o referido Núcleo nasce a partir da disciplina "Povos Indígenas nas Relações Internacionais", ofertada como optativa desde 2021 no âmbito do PPGRI da UNILA, e das atividades de docentes, discentes e de técnicos, além de membros de notório saber, de distintos campos acadêmicos e extra-acadêmicos, condensando experiências múltiplas. A Rede "Arandu – Povos indígenas, Gênero e Sexualidade" também merece destaque em meio a essas iniciativas: criada em 2024 a partir do diálogo entre universidade, movimento social e governo federal, seu objetivo é produzir insumos para a construção de políticas públicas voltadas para dissidências indígenas sexuais e de gênero.

Dessas experiências, surge a possibilidade de pensar as relações internacionais e de enxergá-las em espaços "estranhos" ao próprio internacional, clamando outras formas de ser e saber, movimento que expõe os tensionamentos dos arranjos diários das instituições acadêmicas e da disciplina. É nesse tensionamento que repousam as condições para um "destreinar" de estruturas mentais rígidas, permitindo leituras insurgentes que desloquem o foco de análise das RI e que sejam capazes de gerar um compromisso político.

Isso é o que se vê refletido também neste dossiê: uma aposta política e interepistêmica de que o pensamento com e sobre povos indígenas e relações internacionais deve ser produzido a partir do Sul, entendido aqui não simplesmente em termos geopolíticos, mas como periferia do mundo.

Tanto nacional quanto internacionalmente, a literatura sobre povos indígenas já aponta, no campo das RI, para o reconhecimento desses povos como sujeitos políticos. Esse repertório de estudos, entretanto, revela contradições. Há uma crescente denúncia do caráter excludente

1 O colóquio foi realizado em 4 e 5 de junho de 2026. Mais informações estão disponíveis aqui: https://republique-des-savoirs.fr/events/event/colloque-autochtonie-et-colonialite/. Acessado em 18 de setembro de 2026.

das práticas políticas globais, ao mesmo tempo em que a atuação internacional dos povos indígenas é, por vezes, tratada como uma dimensão paralela aos estudos hegemônicos. Logo, nos perguntamos acerca do potencial, ou mesmo interesse, dessa literatura em abalar as estruturas disciplinares e internacionais. Junto disso, a política da produção de conhecimento precisa ser avaliada com cautela: a mobilização de projetos indígenas e seu enquadramento pela intelectualidade não-indígena pode acentuar a singularidade do Outro, sua estrangeiridade em relação ao campo. Isso pode fortalecer essencialismos e dificultar alianças entre academia e movimento social, despolitizando as discussões (Chandler; Reid, 2020; Gaussens et al., 2024).

Diante de tais contradições, o ingresso de estudantes indígenas em universidades públicas brasileiras e em cursos de RI constitui um fator relevante, justamente porque gera um conhecimento do internacional formulado desde os territórios e aldeias. É sabido que o ingresso de estudantes indígenas nas universidades (em especial nos cursos de Graduação e Pós-graduação de Direito, Antropologia e Educação) tem se intensificado nos últimos anos. No caso das RI, isso foi acompanhado não apenas pela interiorização da universidade pública, através de políticas como o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), como também pelo *boom* de cursos de Graduação a partir dos anos 2000 (Pfrimer; Okado, 2019). Outro elemento importante nessa contextualização diz respeito à realização, em tais universidades, de processos seletivos exclusivos para indígenas, paralelamente à busca de ocupação das universidades pelos mesmos. Na UNILA, por exemplo, o processo seletivo, que antes contemplava apenas indígenas aldeados do entorno regional, agora passou a incluir candidatos de todo o Brasil. No caso da UnB, o vestibular indígena recebe diferentes etnias desde 2006, com um processo seletivo descentralizado, que garantiu a permanência de 300 estudantes em 2026. Essa mudança teve como resultado o aumento expressivo do número de estudantes indígenas em distintos cursos – entre os quais, o de RI.

Reconhecendo a importância fundamental do crescente ingresso de estudantes indígenas na universidade pública, é preciso ressaltar que a mera ocupação física não garante transformação epistêmica. Aqui, são exemplos vivos dos desafios e potenciais desse movimento as trajetórias de pioneiras como Alcineide Piratapuya, do povo Piratapuya, primeira mulher indígena formada pela UnB e que integra a organização deste dossiê, e Mairu Karajá, primeiro internacionalista indígena da Universidade Federal de Tocantins (UFT). Ambos chegaram à academia com vivências fronteiriças e com o português como segundo idioma, enfrentando a colonialidade do saber (Grosfoguel, 2016), que deslegitima outras formas de narrar o mundo. Foi justamente essa teimosia compartilhada, a de levar para a sala de aula não apenas suas experiências, mas toda a sabedoria de seus mais velhos, que os impulsionou a desmontar os alicerces da disciplina, abrindo caminho para que outros jovens indígenas pudessem ocupar e ressignificar esse espaço.

CC BY NC SA

A partida precoce de Mairu, em 2026, aos 30 anos, não apagou sua chama, pois suas palavras seguem ecoando como testamento de uma luta que se faz coletiva: "Me ver nesse lugar é algo muito especial para mim e inspirador para o meu povo", "a educação realmente transforma" e "que esses jovens acreditem em si e não desistam de si!". Seu legado, como membro do Observatório dos Direitos e Políticas Indigenistas (OBIND) da UnB e coordenador do projeto "Ilha do Bananal", é a prova viva de que o pensamento sobre RI pode e deve ser produzido a partir das periferias do mundo, onde o saber se faz na prática cotidiana da resistência e da vida.

Diante dessas trajetórias e de nossa inquietação acerca do potencial disruptivo dos estudos sobre/com povos indígenas e RI, qual a contribuição deste dossiê? A seguir, indicamos três tensões que atravessam os artigos aqui reunidos e que, a nosso ver, sintetizam os desafios contemporâneos do campo.

A primeira tensão refere-se à (des)construção ou transformação da disciplina. As RI, enquanto campo do conhecimento, foram constituídas a partir de pressupostos eurocêntricos que naturalizaram o Estado westfaliano, a soberania territorial e a separação entre o doméstico e o internacional. A entrada dos povos indígenas nesse debate não é apenas temática, mas reorganiza os sentidos e práticas políticos, epistemológicos e ontológicos. Os artigos deste dossiê, em diferentes medidas, tanto operam dentro das RI quanto trabalham contra seus fundamentos, propondo o que alguns autores têm chamado de uma "indisciplina" ou "pluriversalidade" do campo. A noção de indisciplina, nesse contexto, ecoa propostas como a do arqueólogo Alejandro Haber de uma metodologia indisciplinada como uma abordagem decolonial mais efetiva, uma vez que a noção de disciplina expressa em si um modelo cartesiano/colonial do saber (Haber, 2011). Nesse sentido, tanto a indisciplina como a pluriversalidade do campo podem ser entendidos como um movimento de desprendimento da episteme colonial dominante, provocado por uma compreensão e engajamento mais profundos e em aprofundamento em paradigmas e/ou cosmovisões indígenas.

A segunda tensão diz respeito à agência indígena frente às estruturas coloniais. Nos artigos que compõem este dossiê, os povos indígenas emergem não como objetos de políticas internacionais, mas como sujeitos que constroem diplomacias próprias, forjam alianças transnacionais e disputam espaços institucionais – ao mesmo tempo em que enfrentam estruturas de poder que os capturam, marginalizam ou instrumentalizam. Essa tensão recusa tanto a vitimização quanto a idealização, apostando na análise da complexidade dos arranjos estabelecidos entre o movimento indígena e as instituições, e seu papel na governança global.

A terceira tensão envolve os processos de tradução e seus riscos. Conceitos, práticas e filosofias indígenas – da consulta prévia ao bem viver, dos protocolos autônomos às cosmopolíticas – são permanentemente mobilizados por instituições internacionais, Estados e pela própria academia. Esse movimento pode significar tanto o reconhecimento de deman-

das históricas quanto sua neutralização, esvaziamento ou cooptação. Entender os limites da tradução e as possibilidades de equivocação é uma das apostas analíticas e políticas que perpassam este dossiê.

Se a produção sobre povos indígenas e política internacional avançou consideravelmente nas últimas décadas, ela também carrega lacunas que este dossiê busca, ao menos parcialmente, endereçar. A primeira delas é estrutural: a persistência de uma assimetria na produção do conhecimento, na qual povos indígenas seguem sendo mais frequentemente objeto de análise do que sujeitos da escrita acadêmica. Mesmo nos trabalhos mais críticos, a voz indígena tende a aparecer mediada – como fonte etnográfica, como documento político, como referência normativa –, raramente como posição teórica autônoma. A chamada do dossiê buscou tensionar essa assimetria ao encorajar contribuições escritas por e em parceria com autoras e autores indígenas, bem como expressões de sujeitos coletivos e modos não convencionais de produção do conhecimento. Todavia, não recebemos respostas a esse clamor.

A ausência de propostas de autorias indígenas merece em si uma reflexão. Não escancara ela a distância das perspectivas indígenas do modo tradicional acadêmico de praticar o saber? Dito de outro modo, com suas chamadas para artigos, plataformas para submissão, dupla avaliação cega, aceite restrito a propostas escritas, com limites mínimos e máximos de caracteres, assim como a restrição a línguas coloniais, o modo acadêmico de produzir conhecimento não escancara os limites inerentes ao debate nas formas da colonialidade do saber? Mesmo quando flexibilizados os formatos e saberes alternativos, quem as chamadas alcançam? E quem pode dedicar tanto tempo para respondê-las diante das urgências da vida e da mobilização política? A quem este dossiê e as RI importam?

Ainda que obras como *A Queda do Céu* possam ser assimiladas à geopolítica, não se pode deixar de observar a intermediação do homem branco na transformação de suas teorias em papel, o que revela o desafio de retomada epistêmica indígena em instituições modernas e coloniais. O pioneirismo de trajetórias como a de Mairu Hakuwi Kuady e Alcineide Piratapuya nas RI revelam a força de produção de autoria indígena que abala o onipresente saber colonial e avança sobre um campo ainda afastado dos debates mais imediatos do cotidiano de todos os povos indígenas, como sugerido por Mairu Hakuwi Kuady, na entrevista que concedeu à tese de Willy Delvalle.

Uma segunda lacuna diz respeito à geografia e língua do campo. A literatura anglófona domina os debates e, mesmo dentro dela, certas regiões – o Pacífico, o Ártico, os povos sem Estado reconhecido – recebem mais atenção do que outras. Tomando por base a riqueza e a diversidade das experiências políticas indígenas na região, o dossiê ativamente encorajou publicações capazes de dialogar com tradições intelectuais andinas, mesoamericanas e amazônicas. Todavia, essa multiplicidade não foi alcançada, o que demonstra uma vez mais a geopolítica do conhecimento operando dentro do próprio campo crítico das RI.

Uma terceira lacuna envolve as intersecções entre indigeneidade, gênero e sexualidade. Durante muito tempo, os estudos sobre povos indígenas nas RI trataram a categoria "indígena" como unificada e internamente homogênea, invisibilizando as hierarquias de gênero, as violências específicas contra mulheres e indígenas não cisheteronormativos, assim como as epistemologias indígenas sobre corpo, sexualidade e parentesco. Este dossiê recebeu artigos nessa chave analítica, mas entendemos que esse ainda é um campo a ser aprofundado como parte constitutiva do debate sobre povos indígenas e política global.

"Por fim", cabe reconhecer o que este dossiê não resolve. A tensão entre o rigor acadêmico e o compromisso político, entre a escrita disciplinada e a experimentação, entre as métricas modernas e a autonomia indígena, não se dissolve em uma publicação. O que se oferece aqui é um mapa provisório, necessariamente incompleto, de um campo em movimento. Não recebemos intervenções artísticas ou escritas coletivas, não solucionamos a tensão da autoria não-indígena e os perigos da essencialização, e também não apontamos caminhos para um projeto interepistêmico de ruptura disciplinar e em resposta às demandas do movimento indígena.

Ainda assim, esperamos que essa publicação represente a urgente demanda por reflexão sobre/com os povos indígenas na política global. Não se trata de um tema menor, haja vista a quantidade de artigos recebidos (45), batendo o recorde de submissões a dossiês temáticos organizados no âmbito da *Monções* até o momento. Trata-se de um tema necessariamente coletivo, político, que requer abordagens inter- e transdisciplinares. Um projeto político que ousa desmantelar formas rígidas de conceber o internacional e que deve caminhar no sentido de construir alianças em prol de formas efetivamente democráticas e pluriversais de vida.

APRESENTAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES

Este dossiê está compartimentado em quatro eixos, além de uma entrevista e duas traduções. Na entrevista, João Urt e Giorgio Garcia Cristofani dialogam com Kevin Bruyneel sobre colonialismo de povoamento, política de memória, capitalismo racial, examinando as possibilidades de relação nas Américas, especificamente entre a parte Norte e Latina, entre povos que experimentaram projetos de colonização distintos. A entrevista aborda a trajetória de Bruyneel enquanto um pesquisador não-indígena e seu trabalho no campo dos estudos indígenas.

Já as duas traduções que compõem este dossiê se concentram nos debates sobre soberania indígena e reivindicações de território, explicitando, a partir de dois casos, os conflitos com a soberania do Estado-nação moderno colonial. Nesse sentido, o segundo capítulo de

Pele Vermelha, Máscaras Brancas: rejeitando a política colonial de reconhecimento[2], de Glen Sean Coulthard, foi traduzido por Ana Carolina Delgado e por Claudia Sofia Jimenez Montalvo e contou com revisão técnica de Manuela Trindade Viana. Intitulado "Pela terra: a luta da Nação Dene por autodeterminação", o capítulo elabora uma crítica contundente à relação entre povos indígenas e o Estado canadense. Mais especificamente, Coulthard, pesquisador de origem Dene, expõe a resistência daquele povo e a conversão de seu território em terra, simplesmente, na medida em que o modo de vida ancestral passa a ser descaracterizado pelo avanço do desenvolvimento, gerando repercussões na luta pela soberania indígena. Já o texto de Valentín Clavé-Mercier, "Soberania ainda é o nome do jogo: teorização indígena e entrelaçamento estratégico dos discursos políticos Maori"[3], traduzido por Claudia Sofia Jimenez Montalvo, com revisão técnica de Fernanda Barasuol, investiga a mobilização de um termo tão caro às RI – a soberania – e que, embora seja objeto de distintas críticas, segue relevante para a reivindicação de direitos por parte dos povos indígenas e para o entendimento de sua forma de exercer a política.

Com relação aos artigos, o primeiro eixo, intitulado "A (in)disciplina das RI: epistemologias, ontologias e pluriversalidade", abrange trabalhos que se dedicam a mapear os principais debates na área, destacando a interface entre modos de vida e produção de "conceitos" enquanto ferramenta de intervenção teórico-política. Nesse sentido, em "Povos indígenas e Relações Internacionais: (des)caminhos para uma (in)disciplina pluriversal", João Nackle Urt e Giorgio Garcia Cristofani oferecem uma contextualização histórica e analítica dos trabalhos sobre povos indígenas na disciplina, recorrendo às contribuições de intelectuais indígenas e de acadêmicos de outros campos do conhecimento, como da Antropologia. Tal revisão incorpora também as principais referências no Brasil, servindo como pilar para a apresentação do Grupo de Pesquisa "Povos Indígenas e Política Global" e ensaiando futuros possíveis. Em seguida, o trabalho de Lucas Guerra, "Povos Indígenas e a política global: três enfoques analíticos nas Relações Internacionais", realiza uma sistematização das principais obras e abordagens, mencionando o caso da participação dos povos indígenas no processo de paz entre o governo e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP). Em "Desmantelando hierarquias: interculturalidade crítica como abordagem para aldear as Relações Internacionais", Xaman Korai Minillo e Zulcimara Araujo Amorim destacam o exercício da interculturalidade crítica com vistas a romper as hierarquias da modernidade/colonialidade, constitutivas do internacional. Já em "Uma cunha entre a terra e o povo: a economia política da autodeterminação indígena no Ártico", Pedro Allemand Mancebo Silva explora o diálogo entre

2 Publicado em 2014 pela University of Minnesota Press, o livro originalmente leva o título de *Red Skin, White Masks: rejecting the colonial politics of recognition*.

3 O artigo original foi publicado em inglês, em 2025, na Review of International Studies (vol. 51, n. 1, pp. 22-41), com o título "Indigenous theorising and strategic entanglement in Maori political discourses".

o ecossocialismo e a literatura sobre o pluriverso a partir da análise dos casos de reivindicação por terras na América do Norte e Noruega.

O eixo seguinte, "Diplomacias e articulações indígenas", reúne artigos voltados para a reflexão sobre a atuação dos povos indígenas e suas articulações para além do Estado-nação. Nos primeiros trabalhos – "Diplomacia yanomami: articulações de luta e conflitualidade na política internacional", de Ester Rocha de Lima Silva e Isabella Alves Lamas; e "Resistência e autonomia: a diplomacia indígena da organização mapuche Conselho de Todas as Terras/ Aukiñ Wallmapu Ngulam", de Matheus Moraes Alves Marreiro, Nicole Grell Macias Dalmiglio e Tadeu Morato Maciel –, os autores mobilizam a diplomacia indígena para avaliar o caso dos Yanomami e dos Mapuche, respectivamente. Nesse sentido, avaliam o fazer político indígena e sua articulação com o internacional, abordagem também adotada por Matheus dos Santos da Silveira e Ana Carolina Teixeira Delgado em sua análise sobre a atuação do povo Munduruku durante a COVID-19 e em meio ao extrativismo em "Transbordar a Amazônia: ações do povo Munduruku durante a COVID-19 e as lacunas da saúde global". Em "Transición energética, (neo)extractivismo y resistencia: posturas de las comunidades afectadas por la extracción de litio en el Salar de Uyuni y la Provincia de Jujuy (2019-2024)", a extração de "recursos naturais" também é abordada pelas autoras Juliana Quiroga e Carolina Cepeda Másmela, articulando-a aos debates sobre transição energética e suas inconsistências. Por fim, em "*Vivir bien* e cooperação internacional: a construção normativa de um projeto de poder", Ana Lúcia de Lacerda Gonçalves avalia a operacionalização do Viver Bem em políticas públicas e normativas bolivianas e sua conexão com as agendas internacionais a partir da cooperação.

No eixo "Gênero, sexualidade", o artigo "A boca do canhão colonial: leituras feministas e *queer* de Tybyra para explodir a política internacional", de Jimmy Casas Klausen, Tchella Maso e Sebastián Granda Henao, mobiliza perspectivas feministas e *queer* para refletir sobre as dissidências sexuais e de gênero indígenas, evidenciando como elas desestabilizam categorias e práticas coloniais. Por sua vez, em "Indigenous feminicide and the global politics answer: the cases of Canada and Brazil", Annick Essoh, Anna Paula Motta Costa, Jordana Cabral Silveira e Thayane Angnes analisam as respostas políticas e institucionais ao feminicídio de mulheres indígenas, tomando como referência as experiências do Canadá e do Brasil. Encerrando esse eixo, "Reconfigurações da heterocolonialidade no ativismo indígena transnacional: experiências da América do Norte", de Estêvão R. Fernandes e Fabiano Gontijo, examina o ativismo Two-Spirit e indígena LGBTQIAPN2+ nos Estados Unidos e no Canadá entre 2013 e 2023, destacando o papel das epistemologias indígenas no âmbito digital como complexa articulação de redes transnacionais de resistência e de contestação da heterocolonialidade.

No eixo "Direito internacional, instituições e governança", o artigo "Protocolos autônomos de consulta prévia indígena como contra-direito internacional: do modelo westfaliano às juridicidades pluriversais", de Luís Gustavo Guerreiro Moreira, propõe o termo "pluriversalismo

jurídico insurgente" de modo a entender como os protocolos de consulta prévia inauguram novas configurações de legitimidade e interlegalidade. Em uma linha similar, "From local Indigenous struggles to transnational dynamics: the influence of internal mobilizations on judgments of the Inter-American Court of Human Rights", Andréanne Brunet-Bélanger mostra como as mobilizações jurídicas de comunidades indígenas do Chaco paraguaio contribuíram para a construção da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre reparações coletivas. Olhando para a mesma instância, em "Los derechos políticos de los pueblos indígenas: reflexiones y efectos del Caso Yatama vs. Nicaragua de la Corte Interamericana de Derechos Humanos", Tatiana Cardoso Squeff e Derek Assenço Creuz analisam o papel do precedente Yatama na consolidação dos direitos políticos dos povos indígenas e seus efeitos sobre a ampliação da representação política indígena na América Latina. Em "Tratamento dos povos indígenas no âmbito da OIT (1921-1989): subjetividade jurídica, participação política e crítica ao integracionismo", Gustavo Seferian examina a evolução do tratamento conferido pela OIT à temática indígena, evidenciando os limites das perspectivas integracionistas e as disputas que culminaram na Convenção nº 169. Encerrando esse último eixo temático, "Plataforma Indígena da UNFCCC: saberes indígenas, comunidades locais e suas reivindicações éticas da governança global", de Valéria Oliveira Lopes e Victória Louise de Souza Quito, analisa as demandas de povos indígenas e comunidades locais por uma participação efetiva na Plataforma Indígena da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática (UNFCCC, sigla em inglês), evidenciando as assimetrias que ainda marcam a governança climática global.

***

Carinhosamente agradecemos a Breno do povo Amajunepa, estudante de RI da UnB, pelo desenho da capa, e toda a equipe editorial da *Monções* pelo apoio e confiança na efetivação desse número, com especial entusiasmo para Manuela Trindade Viana.

Endereçamos esse dossiê à memória viva de Mairu Hakuwi Kuady. Junto dele seguimos, teimosamente, apostando em outras epistemologias, outras ontologias e outras formas de fazer política internacional. "O Sul de que falamos não é um ponto no mapa; é a aldeia, é a fronteira, é o território onde a vida e a resistência ensinam o que a academia ainda precisa aprender". Que suas palavras se espalhem com o vento germinando em cada olhar alter-nativas!

Desejamos uma boa leitura!

CC BY NC SA

REFERÊNCIAS

BEIER, J. Marshall. *International Relations in Uncommon Places: Indigeneity, cosmology, and the limits of international theory*. Nova York: Palgrave MacMillan, 2009.

BLASER, Mario. Political Ontology: cultural studies without 'cultures'? *Cultural Studies*, v. 23, n. 5-6, pp. 873-896, 2009.

CHANDLER, David; REID, Julian. Becoming Indigenous: the 'speculative turn' in anthropology and the (re)colonisation of indigeneity. *Postcolonial Studies*, v. 23, n. 4, pp. 485-504, 2020.

DE LA CADENA, Marisol. Indigenous Cosmopolitics in the Andes: conceptual reflections beyond "politics". *Cultural Anthropology*, v. 25, n. 2, pp. 334-370, 2010.

ESCOBAR, Arturo. Más allá del desarrollo: postdesarrollo y transiciones hacia el pluriverso. *Revista de Antropología Social*, v. 21, pp. 23-62, 2012.

GAUSSENS, P. et al. *Critique de la raison décoloniale: sur une contre-révolution intellectuelle*. Paris: L'échappée, 2024.

GROSFOGUEL, Ramón. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, pp. 25-49, 2016.

HABER, Alejandro. *Nometodología Payanesa: notas de metodología indisciplinada*. Buenos Aires, Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), jan. 2011. Disponível em: https://ri.conicet.gov.ar/handle/11336/191621. Acessado em 10 de julho de 2026.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. *La chute du ciel: paroles d'un chaman yanomami*. Paris: Plon, 2010.

MIGNOLO, Walter D. *Local histories/global designs: coloniality, subaltern knowledges, and border thinking*. Princeton: Princeton University, 2012.

NACHET, L. Diplomaties marginales: les peuples autochtones au sein des négociations climatiques internationales. *Négociations*, v. 2, n. 36, pp. 49-68, 2021.

PFRIMER, Matheus Hoffmann; OKADO, Giovanni Hideki Chinaglia. Dispersão e concentração espaciais dos cursos de Relações Internacionais no Brasil: contrastes e desafios da expansão da oferta nacional. *Carta Internacional*, v. 14, n. 1, pp. 225-249, 2019.

PICQ, Manuela. Resistance to Extractivism and Megaprojects in Latin America. *In:* VANDEN, Harry E.; PREVOST, Gary (eds.). *The Oxford Encyclopedia of Latin American Politics*. Oxford: Oxford University Press, 2020.

QUIJANO, A. Otro horizonte de sentido histórico. *América Latina en Movimiento*, n. 441, 2014.

ROJAS, Cristina. Contesting the Colonial Logics of the International: toward a relational politics for the pluriverse. *International Political Sociology*, v. 10, n. 4, pp. 369-382, 2016.

SHAW, Karena. *Indigeneity and Political Theory: sovereignty and the limits of the political*. Londres: Routledge, 2008.

STENGERS, Isabelle. The Cosmopolitical Proposal. *In:* LATOUR, Bruno; WEIBEL, Peter (eds.). *Making Things Public: atmospheres of democracy*. Cambridge: MIT, 2005.

TICKNER, Arlene B.; BLANEY, David L. Worlding, Ontological Politics and the Possibility of a Decolonial IR. *Millennium*, v. 45, n. 3, pp. 1-19, 2017.